

Soraia Faria

Para: Carlos Picanço
Assunto: RE: Contributo - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS)

De: Carlos Picanço [REDACTED]
Enviada: 17 de abril de 2025 16:19
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Assunto: Contributo - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS)

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Enquanto cidadão açoriano e profissional com percurso dedicado à promoção do turismo sustentável, da educação ambiental e da regeneração dos territórios, **venho por este meio manifestar a minha firme oposição à proposta de alteração legislativa que visa permitir a pesca com salto e vara nas Áreas de Proteção Total da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA).**

Tive oportunidade de acompanhar a construção da RAMPA, no que considero um processo exemplar de envolvimento da sociedade civil, da ciência, do setor da pesca e do turismo. A decisão de incluir zonas de proteção total foi resultado de um equilíbrio cuidadoso, sustentado em evidência científica, participação pública e visão de longo prazo.

Permitir agora a exceção de atividades extrativas nestas áreas representa, na prática, a sua desclassificação. É mais do que um retrocesso técnico. É um sinal político que fragiliza a confiança nos compromissos assumidos e coloca em risco a reputação dos Açores enquanto referência em conservação marinha.

As zonas de proteção total não excluem. Regeneram. São espaços de esperança ecológica, mas também instrumentos de confiança institucional e reputacional. Abrir exceções, sobretudo sem nova base científica ou processo participativo equivalente ao anterior, compromete os alicerces de uma conquista coletiva que deve ser preservada.

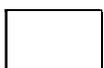
Tenho tido o privilégio de contribuir, não apenas a nível regional, mas também em espaços de articulação nacional e internacional em torno da sustentabilidade no turismo. Esta experiência reforça a convicção de que a credibilidade de um território se mede também pela capacidade de proteger o que foi bem feito, mesmo quando isso exige resiliência perante pressões conjunturais.

Reafirmo, por isso, a necessidade de respeitar a integridade da RAMPA e de rejeitar esta proposta de alteração, em nome da ciência, da credibilidade e das gerações futuras.

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Picanço

Antes de imprimir este documento, pense se é realmente necessário!
A proteção do ambiente deve ser uma preocupação de todos nós.
Pense na sua responsabilidade e compromisso com o nosso Planeta!



Sem vírus. www.avast.com